

rectifica-se que onde se lê «Valdemar José Ferreira Martins, escrivão-adjunto [...] 19.05.06 a 31.12.06» deve ler-se «Valdemar José Ferreira Martins, escrivão-adjunto [...] 18.04.06 a 30.09.06».

2 de Agosto de 2007. — A Directora de Serviços, *Helena de Almeida Esteves*.

Rectificação n.º 1390/2007

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 28 de Fevereiro de 2007, a p. 5275, o despacho de 29 de Dezembro de 2006, relativamente à autorização do exercício de funções, em regime de substituição do seguinte oficial de justiça, rectifica-se que onde se lê «Maria José Borges Morais, escrivão de direito [...] 13.07.06 a 31.12.06» deve ler-se «Maria José Borges Morais, escrivão de direito [...] 13.07.06 a 03.10.06».

2 de Agosto de 2007. — A Directora de Serviços, *Helena de Almeida Esteves*.

Rectificação n.º 1391/2007

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 57, de 21 de Março de 2007, a p. 7631, o despacho de 29 de Dezembro de 2006, relativamente à autorização do exercício de funções, em regime de substituição do seguinte oficial de justiça, rectifica-se que onde se lê «Elisabete Sousa Alves Carneiro Ribeiro, escrivã-adjunta [...] 20.02.05 a 22.07.06» deve ler-se «Elisabete Sousa Alves Carneiro Ribeiro, escrivã-adjunta [...] 20.02.05 a 24.11.06».

2 de Agosto de 2007. — A Directora de Serviços, *Helena de Almeida Esteves*.

Rectificação n.º 1392/2007

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 28 de Fevereiro de 2007, a p. 5274, o despacho de 29 de Dezembro de 2006, relativamente à autorização do exercício de funções, em regime de substituição do seguinte oficial de justiça, rectifica-se que onde se lê «Joaquim António Afonso Romão, escrivão direito [...] 01.03.06 a 31.12.06» deve ler-se «Joaquim António Afonso Romão, escrivão direito [...] 01.03.06 a 05.06.06».

2 de Agosto de 2007. — A Directora de Serviços, *Helena de Almeida Esteves*.

Direcção-Geral da Política de Justiça

Despacho (extracto) n.º 19 653/2007

Por meu despacho de 1 de Agosto de 2007, Maria José Ramos Ferreira, técnica profissional de 1.ª classe, da carreira técnico-profissional, do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, foi reclassificada na categoria de técnica superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, escalão 1, índice 400, após aprovação no respectivo estágio, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 3.º, na alínea d) do artigo 4.º e nos artigos 6.º, 7.º, 10.º e 11.º, todos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Agosto de 2007. — A Directora-Geral, *Rita Brito*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho (extracto) n.º 19 654/2007

Por despacho de 6 de Julho de 2007 do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária Dr. Joaquim Baltazar Pinto, a licenciada Manuela Fernanda Mourão de Oliveira Morais, especialista superior de escalão 8 do quadro da Polícia Judiciária, foi promovida, após concurso, a especialista superior de escalão 9, do mesmo quadro, com efeitos a partir de 6 de Fevereiro de 2007. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Agosto de 2007. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho (extracto) n.º 19 655/2007

Por despacho de 8 de Agosto de 2007 do director nacional da Polícia Judiciária, foi concedida licença sem vencimento pelo período de um ano à especialista superior licenciada Natividade Maria Figueiredo da Silva, do quadro da Polícia Judiciária, com efeitos a partir de 25 de Julho de 2007, conforme o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

9 de Agosto de 2007. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Despacho (extracto) n.º 19 656/2007

Por despacho de 27 de Julho de 2007 do presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., foi Óscar Manuel dos Santos Nogueira, auxiliar de acção educativa (escalão 2, índice 151), do quadro distrital de vinculação de Coimbra, a exercer funções em regime de requisição desde 1 de Setembro de 2004, transferido como auxiliar administrativo (escalão 4, índice 155) para o quadro de pessoal do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., com efeitos a contar de 1 de Setembro de 2007, ficando exonerado do lugar de origem naquela data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

3 de Agosto de 2007. — A Vice-Presidente, *Maria Celeste Ramos*.

Despacho (extracto) n.º 19 657/2007

Por despacho de 1 de Agosto de 2007 do presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., foi nomeada, após concurso interno de acesso geral, Lurdes Castanheira da Cunha Alves Goulão Gardete, chefe de secção do quadro de pessoal do Instituto do Consumidor, na categoria de chefe de secção (escalão 2, índice 350) da mesma carreira do quadro deste Instituto. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

3 de Agosto de 2007. — A Vice-Presidente, *Maria Celeste Ramos*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 19 658/2007

Veio a GAIAPOLIS — Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Vila Nova de Gaia, S. A., constituída nos termos do Decreto-Lei n.º 70/2001, de 24 de Fevereiro, requerer a declaração de utilidade pública da expropriação com carácter de urgência das parcelas de terreno identificadas no mapa de expropriações e nas plantas parcelares, anexos ao presente despacho, necessárias à execução do projecto de construção da faixa marginal entre a Afurada e o Vale de São Paio — troço em Canidelo, sector D — Lago do Linho — 2.ª fase, conforme o previsto no Plano Estratégico de Vila Nova de Gaia, aprovado no âmbito do Programa Polis para o município de Vila Nova de Gaia.

Assim, nos termos do disposto nos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 314/2000, de 2 de Dezembro, e nos artigos 1.º, 13.º, n.º 1, e 14.º, n.º 1, do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, com os fundamentos constantes da informação n.º 49/DSJ/2007, de 18 de Maio de 2007, da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, declaro a utilidade pública da expropriação, com carácter de urgência, das parcelas identificadas no mapa de expropriações e nas plantas parcelares, anexos ao presente despacho, a favor da GAIAPOLIS — Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Vila Nova de Gaia, S. A.

Os encargos com a expropriação são da responsabilidade da GAIA-POLIS — Sociedade de Desenvolvimento do Programa Polis em Vila Nova de Gaia, S. A.

26 de Julho de 2007. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.